



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002901-50.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Medida Cautelar**
 Requerente: **ZULIMAR MARRARA**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ações Cautelar Inonimada, com pedido de liminar, e Anulatória de Débito Fiscal, com pedido de antecipação da tutela, propostas por **Zulimar Marrara**, em face da **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, com o objetivo de anular o AIIM nº 4.052.972-1, de 8/12/2014, bem como a multa aplicada pelo Fisco, sob a alegada ausência de recolhimento de ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação), bem como o de evitar a execução de crédito fazendário e indicação de protesto a cartório. Aduz, em resumo, que: a multa é indevida, pois a transferência de valores foi realizada entre contas correntes de mesmas titularidades, em particular com o seu marido, Carlos Partel, e o filho, Carlos Alberto Marrara Partel, embora o contador tenha registrado, equivocadamente, como doação na declaração de IRPF, seguida por retificação; o casal contraiu matrimônio, em 12/11/66 e, após 29 anos, divorciou-se, embora tenha continuado a coabitar, tendo havido nova formalização da união em 28/06/2008, sob regime de separação obrigatória de bens, a partir do qual manteve o nome de solteira (fl. 30), e a gerir as finanças do cônjuge acometido por melanoma, hepatite medicamentosa e sob alto risco de óbito (fls. 31-81); houve, inicialmente, acolhimento parcial pelo agente fiscal autuante, da defesa apresentada, o que resultaria em significativa redução da multa, mas isso não foi considerado pelo outro agente, que julgou o recurso administrativo; o recolhimento do imposto é indevido, haja vista não ter configurado doação ao cônjuge, mas uma simples concentração em conta única para facilitar o pagamento de despesas médicas; há erro material na certidão de casamento, pois lhe teria sido imposto, indevidamente, o regime de separação obrigatória de bens no segundo casamento contraído com Carlos Partel que, à época, não tinha idade superior a 70 anos.

Juntou documentos às fls. 27-121.

Nos autos da cautelar, juntou documento (fl. 35) relativo a recolhimento do depósito caução, correspondente ao valor integral do auto de infração.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Houve a antecipação da tutela (fls. 126-127), para obstar o protesto e a negativação.

Nos autos da cautelar, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 44-47), na qual não concordou com o valor depositado, alegando que não correspondia ao valor integral e juntou documentos às fl. 48/60-61/70.

Houve apresentação de guia de complementação (fls. 74-75), seguida da respectiva concordância pela FESP (fls. 79-80).

Na ação principal, a requerida apresentou contestação (fls. 134-143) na qual alega, em resumo, que: a autora não consegue indicar de forma precisa o motivo de ter recebido transferências bancárias tão vultosas; ela própria confessa dívida por ter comunicado a doação; a retificação ocorreu em 30/09/2014, ou seja, após a notificação do auto de infração, ocorrida em 15/09/2014, a fim de afastar a cobrança do imposto; não é possível estabelecer relação entre a transferência patrimonial de R\$ 681.816 e as transferências bancárias apresentadas pela autuada; as despesas médicas não são capazes de descaracterizar a ação fiscal; a base de cálculo para incidência do ITCMD, independentemente da soma de doação, continua sendo R\$ 681.816; não há provas nem explicações da origem dos valores informados na DIRPF da autuada, no quadro Declaração de Bens e Direitos, relativo a poupanças e aplicações, declaradas como pessoais e acrescidas, em 2009, ao patrimônio dela; o questionamento sobre o regime de bens da união não cabe nesta ação; no período de separação, a requerente e o seu cônjuge ficaram com o seu próprio patrimônio e não houve tempo para formação de patrimônio comum. Requer a improcedência da ação.

Documentos acostados às fls. 144-219.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido não merece acolhimento.

O AIIM 4.052.972-1 deu-se diante da falta de recolhimento do ITCMD referente à transferência patrimonial de Carlos Partel a Zulimar Marrara no montante de R\$ 681.816,00 que, inclusive, consta como transferência entre cônjuges na DIRPF (fls. 92/169) e gerou o ITCMD de R\$ 27.272,64 nos termos do inciso II, do artigo 2º, da Lei Estadual 10.705/2000.

O fato dos recursos não constarem no mesmo campo de doação na retificação não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

significa que inexistiu a transferência patrimonial.

À época da transferência a autora era casada sob o regime de separação obrigatória de bens, pois Carlos Partel era maior de sessenta anos de idade, não havendo erro material, pois a lei expressamente exige este regime na hipótese tratada, conforme previsto no artigo 1641, II do Código Civil e não após os setenta anos, como aventado por ela.

Pretende a autora dar ares de que houve apenas transferência de valores entre os mesmos titulares de contas diversas, sob o argumento de que isso facilitaria o pagamento do tratamento de saúde do seu marido. Ocorre que, se ela já era titular da conta de origem, juntamente com o marido, poderia movimentá-la normalmente, sem qualquer dificuldade.

Além disso, não foi demonstrada a utilização dos valores que saíram da conta corrente 791.4840-2 para pagamento de despesas médicas e, ademais, não se verifica correlação entre os valores que saíram da referida conta corrente com a doação inicialmente constante da declaração de IR da autora, pois as quantias são diversas.

Na declaração de IR consta como doado o valor de R\$ 681.816,00 e a autora alega que se trata de transferências advindas da conta corrente 791.484-2.

Contudo, do extrato de fls. 99, consta apenas a transferência do valor de R\$ 500.000,00 para o nome da autora e nada mais, já que o documento de fls. 100 indica somente uma aplicação no nome dela no valor de R\$ 100.000,00.

Não apresentou a autora nenhum extrato da conta corrente 011.235-0, agência 11500 do Banco Safra, para a qual teria havido as transferências.

Não bastasse, a inclusão de seu marido como cotitular da conta ocorreu um dia após a suposta transferência dos R\$ 500.000,00.

Ressalte-se, ainda, que as únicas fontes de renda da autora são os rendimentos recebidos da empresa Transmade Tranpostes Ltda, no valor anual de R\$ 36.467,88 e a sua aposentadoria, no valor anual de R\$ 25.363,14 (fls. 159), o que totaliza uma quantia mensal em torno de 5 mil reais, incompatíveis, portanto, com os valores recebidos.

Dessa forma, não se verifica irregularidade na autuação feita pelo fisco, passível de anulação, devendo prevalecer o auto de infração.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** o pedido, ficando mantida a autuação descrita no AIIM 4.052.972-1.

Condene a autora a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 600,00 (seiscentos reais), para cada uma das ações.

Após o trânsito em julgado, defiro o levantamento do valor depositado, pela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerida, para que seja feito o recolhimento do tributo.

P.R.I.

São Carlos, 09 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**